

Leila Bijos*
Universidade de Brasília, Brasil

POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA AMÉRICA LATINA

Resumo:

Reflexão sobre as transformações econômicas, ausência de políticas públicas e sociais para uma população de mulheres negras brasileiras, do Estado da Bahia, descendentes de escravos africanos. Análise comparativa entre as mulheres indígenas bolivianas, Aymara, Quéchua, MoxeñaGuarani, antigas habitantes dos *ayllús* incáicos, culturalmente ameaçadas por profundos desequilíbrios demográficos, ou pelas políticas cunhadas de “desenvolvimentistas”.

Em Salvador, as mulheres são migrantes, nordestinas, negras ou mulatas, enquanto em La Paz elas são migrantes indígenas e mestiças, apresentando uma heterogeneidade étnica e cultural. Existem aspectos comuns e divergentes, mesclados a uma compatibilidade e incompatibilidade entre estas mulheres que são, membros do setor informal da economia. Dentre esses aspectos citam-se os direitos cidadãos, os direitos étnicos, como elementos delineadores de políticas setoriais e específicas, e se estas políticas incorporam a perspectiva de gênero nas diversas políticas públicas ou em políticas mais neutras e globais.

A pesquisa etnográfica realizada em La Paz, “a capital mais alta do mundo”, nos remete a um ambiente econômico informal, com 80% dos negócios ressaltando uma feminização da pobreza, cuja característica principal está centrada nas mulheres indígenas, comparadas com as mulheres migrantes nordestinas, num ambiente permeado por jovens, crianças e agregados adultos e idosos, apresentando um entrecruzamento de modelos culturais de alteridade, confrontando-se com o modelo ocidental.

Os migrantes bolivianos (membros de uma primeira, segunda, e terceira gerações), remontam seus comportamentos e códigos culturais ao mundo rural andino de origem,

* Doutora em Sociologia pelo CEPPAC, Universidade de Brasília (UnB), professora visitante da Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD) e do Doctoral Program in International Political Economy – University of Tsukuba. Professora do Mestrado em Direito e do Programa de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Segurança (NES). Email: lbijos@ucb.br

cujas orientações reproduzem-se no contexto urbano, uma vez que servem denexo entre as comunidades e o sistema econômico e político de grande amplitude. Entre estes sinais, o uso emblemático da vestimenta feminina, mulheres “cholas”, sempre de pollera e chapéu de “coco” negro, “índia”, com roupas de lã fina ou outro tecido colorido tradicional, com saias rodadas superpostas e a inseparável “mantilla”. Mulheres discriminadas socialmente, que sofrem a violência cotidiana de patrões e de maridos, e que não conseguem integrar-se completamente na sociedade moderna e capitalista.

Ser mulher na Bolívia significa transitar pelos escalões da migração e da mestiçagem cultural, até ser denominada de “chola” ou “birlocha”, em que existem hoje renovadas exclusões e acessos condicionantes aos direitos dos cidadãos.

Neste sistema de exclusão étnica, tanto no Brasil como na Bolívia, percebe-se claramente uma reciprocidade negativa de insultos e estereótipos culturais onde se encontra implícito o prolongamento da discriminação e do racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e Poder. Opressão. Exclusão Social. Discriminação Étnico-social. Direitos Humanos.

Abstract: Poverty, Social Exclusion and Ethnic-Racial Discrimination in Latin America

The aim of this paper is to analyze the economic transformation of the indigenous population, especially socially excluded Aymara, Quéchuá, and Moxeña Guaraní women, as well as black Brazilian women, African descendant slaves from the State of Bahia who are socially excluded. In spite of the development levels achieved in the last decades, Latin America countries still have a large number of persons living in absolute poverty.

Brazil is not different from other Latin America countries, where women are members of a group with evident disadvantages, mainly in the labor market, as well as in decision-making processes, to the vulnerability of women concerning domestic violence, or the burden of non-remunerated activities. The official indicators of income, labor, health, education and political representativeness point out to unequal power relations and negative resources distribution between the sexes.

Black women have been throughout history, the greatest victims of gender inequalities summed up to racial questions; socioeconomic precarious conditions, the daily stereotype for being a black woman, besides bias and sexism that are intertwined with all her life spheres. Black women are exposed to violence, poverty, discrimination in the labor market, precarious educational and health assistance services, what represents a general life precarization. For instance, while life expectancy for white women is 75.8 years old, 43.7% of black African-descendent women die before 55 years old¹. The result is evident,

¹ Statistical data from IBGE, PNAD, 2007.

linked to these inequalities, women show a visible feeling of inferiority, lower self-esteem and semi-slavery conditions, which are daily experienced by all of them.

KEY WORDS: Gender and Power. Oppression. Social Exclusion. Socio-ethnic Discrimination. Human Rights.

SUMÁRIO:

- 1. Diversidade racial e exclusão social**
- 2. Uma questão de gênero no Brasil e na Bolívia**
- 3. A simbologia das trocas na cultura indígena Aymara, Quéchua e Moxeña Guaraní**
- 4. Conclusões**
- 5. Bibliografia**

POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA AMÉRICA LATINA

1. Diversidade Racial e Exclusão Social

O foco da presente análise centra-se na histórica diversidade racial e exclusão social brasileira, nas assimetrias do Nordeste, especificamente tendo Salvador como a primeira grande metrópole que dá acesso a um processo de migração interna. Os pobres que chegam à zona urbana sofrem da dicotomia do puxa e empurra, que são fatores condicionantes do processo migratório. O migrante, pelos fatores de pressão, demonstra um baixo nível de alfabetização, não possui os valores econômicos para competir em um novo mercado de trabalho, o que revela ser na verdade, um fator de condição determinante no processo de estratificação social. Estes quesitos estão associados, não só a uma insuficiência de renda, mas de hábitos alimentares inadequados, devido aos fatores culturais, falta de produtos ou serviços que deveriam ser oferecidos a nível macro, tais como água e sistemas de saneamento básico. Uma das hipóteses do fator migratório provém de laços afetivos, que contribuem para a formação de uma corrente cumulativa, por exemplo, familiares ou pessoas com laços de amizade, ou uma combinação entre antigos e potenciais migrantes. Estes antigos ou bem sucedidos migrantes, funcionam como um ímã que atrai novos contingentes, com relatos orais de suas experiências exitosas nas grandes metrópoles. Dentre esses relatos, destacam-se as tentativas das mulheres de inserirem-se no setor formal ou informal da economia, mais especificamente em residências abastadas, como domésticas, babás, faxineiras, ou com alternativas individuais como sacoleiras, camelôs, e numa fase posterior através da abertura de um micronegócio.²

Pode-se concluir que as condições de trabalho para os migrantes, principalmente mulheres, são inferiores do que as dos não-migrantes.

² Ver: BIJOS, Leila (2005) *Mulher e Desenvolvimento: O Programa de Microcrédito Regional para as Mulheres no Setor Informal Urbano: 1980 – 2002 – Um Estudo de Caso: Brasil – Bolívia* [Tese de doutorado]. Brasília, Universidade de Brasília.

A migração interna no Brasil está relacionada aos desequilíbrios regionais, que como processo social, aliado a causas históricas tem provocado o êxodo das populações das áreas rurais para as zonas urbanas. Estudos empíricos têm demonstrado que a migração interna³ no país ocorre em estágios, não só em termos de ambiente rural – pequena cidade, média cidade, metrópole – mas, também em termos de idas e vindas de migrantes em ocupações rurais ou urbanas.

No que se refere à análise específica de emprego e renda, o impacto da migração na estrutura do mercado de trabalho e na distribuição de renda nas regiões metropolitanas, deve ser prescindida das diferenças entre as características da população migrante e não-migrante, focalizando essas diferenças em relação à economia diferenciada de cada uma das áreas em particular. A migração altera a composição da força de trabalho, aumentando proporcionalmente o número de trabalhadores sem qualificação especializada, cujos padrões de consumo são mínimos, com reduzida expectativa de vida, para quem os aumentos e melhorias nos níveis salariais são inexistentes. Como resultado, não só os migrantes, mas a força de trabalho como um todo, sofrerá as conseqüências dos fluxos migratórios, que apresentam uma nova e inesperada demanda por emprego, com uma mão-de-obra que aceita receber qualquer percentual como pagamento, em troca da possibilidade de sobrevivência.

Outras variáveis são usadas para resolver certos problemas que surgem com a divisão do mercado de trabalho por setor e pela renda auferida pelo grupo. Neste sentido, deve-se inferir nas diferenças salariais observadas entre homens e mulheres⁴, distinguindo a força de trabalho por sexo, inserindo-se a idade, a escolaridade e as taxas de atividade, através da qualificação individual e se ela afeta na distribuição de renda (Castro, 1978: 3).

Os estudos qualitativos sobre emprego, renda e integração do migrante no ambiente urbano, oferece um teste para as premissas dos modelos relacionados com a decisão de migrar. Por quê os pobres nordestinos migram para os centros urbanos? A decisão de migrar está fortemente relacionada com a possibilidade de obter emprego no

³ Castro apresenta os diversos conceitos de *migrante* como: habitante não nativo (por ex., que não nasceu lá) na municipalidade, na qual ele está residindo por menos de dez anos; *não-migrante*: habitantes nascidos na municipalidade, na qual eles estão residindo, e aqueles que não estavam no município, mas que residiram na municipalidade por mais de dez anos (isto é, um velho “migrante”); *velho ou antigo “migrante”*: habitantes não nativos, que se encontram residindo na municipalidade por mais de dez anos; *nativo*: habitantes nascidos na municipalidade na qual eles estão residindo, *não-nativo*: habitantes que não nasceram na municipalidade na qual eles estão residindo, ver: Castro et al (1978:2).

⁴ Embora o salário mínimo oficial seja o mesmo para homens e mulheres de R\$ 380,00 (Reais), o que equivale a US\$ 213.00 (1 R\$ = US\$ 1.78, cotação de 03.04.2007), as mulheres sempre recebem menos.

meio urbano e, também nas diferenças verificadas entre a renda rural e a urbana, implicando em aspectos subjetivos, como o destino do migrante, muito mais do que o processo de migração em si mesmo.

As referências históricas nos mostram a evolução dos movimentos migratórios no território brasileiro, a partir da década de 1930, quando o Governo de São Paulo decidiu coadjuvar o fluxo de trabalhadores estrangeiros, objetivando suprir uma carência na agricultura, com enfoque nas plantações de café. Devido à Grande Depressão no final da década de 1920, este processo foi interrompido, devido à carência de recursos financeiros para subsidiar a demanda por imigrantes italianos e japoneses, preferindo alocá-los internamente.

Com a formação de um novo mercado interno voltado para a industrialização, que dominou o eixo Rio-São Paulo e englobou toda a região Centro-Oeste, numa fase de “substituição de importações”, os movimentos interregionais se intensificaram, num processo de nova divisão social de trabalho. No Brasil, é livre a locomoção interna, fixação de residência e saúde (artigo 5º, XV, da Constituição de 1988). Nesse sentido, os períodos mais intensos de migração foram as décadas de 1950/1970, quando o Nordeste brasileiro sofreu uma de suas piores secas⁵, com fluxos da ordem de 5.51% em 1950, 4.49% em 1960 e início de 1970. Ressalte-se os esforços do Governo, em 1958, em influenciar o movimento de capital, através da criação de incentivos fiscais para a abertura de novas fábricas e indústrias no Nordeste do país, objetivando reduzir as disparidades regionais e fixar o homem na sua região de origem.

O Estado do Rio de Janeiro, antiga Guanabara, com seu polo industrial, recebia, também, um grande fluxo de migrantes, com uma cifra de 11.9%, que foi reduzida devido a dois fatores primordiais. Em primeiro lugar, o preço da terra, que dificultava a expansão do setor secundário na região e; em consequência da transferência da capital para o Centro-Oeste do país, em 1960, atraindo milhares de migrantes, principalmente para trabalharem nas obras da construção de Brasília. A população brasileira cresceu como um

⁵ Durante o século XX, os historiadores ressaltam os efeitos dos desastres naturais no Nordeste do Brasil, com severas secas em 1903, 1907, 1915, 1919, 1932, 1942, 1951, 1953, 1958, afetando todo o polígono. Ver: Camargo, José Francisco (1970) *Mudanças Populacionais e Educação no Brasil*. São Paulo, USP; Graham, Douglas e Holanda Filho, Sergio Buarque de (1971) *Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: 1872-1970*. São Paulo, IPE; Fischlowitz, Estanislav, “The Driving Forces in Internal Migrations in Brazil”, *Migration News*. (IOMC) N.º6, Nov/Dec. 1965. Andrade, , Manuel Correia de (1968) *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense.

todo, 23.5 milhões entre 1960 e 1970, deste crescimento, 89% tomou a forma de crescimento do contingente urbano (Castro: 1978).

Salvador, capital do Estado da Bahia é, praticamente, a primeira grande metrópole num processo de migração interna. O migrante que adentra a capital baiana demonstra um baixo nível de qualificação e, geralmente ganha em média meio salário mínimo (R\$ 190,00=US\$ 165.00), não possui os valores econômicos para competir em um novo mercado de trabalho, o que revela ser na verdade, um fator de condição determinante no processo de estratificação social. Estes contingente de excluídos vai contribuir para o inchaço da periferia da cidade, através da invasão dos espaços públicos para suas moradias improvisadas, ou barracas de vendas. Essas improvisações comprometem o planejamento urbano da metrópole, além de influir em demandas por água potável, esgoto e coleta de lixo, o que acarreta problemas correlatos sociais, econômicos e de natureza institucional nas grandes metrópoles.⁶ A exclusão social é evidente quando se analisa a qualidade de vida, que apresenta disparidades entre brancos e negros. Os homens brancos ocupam a 41ª posição, mulheres brancas 69ª, mulheres negras a 114ª posição, o que equivale ao menor índice de Desenvolvimento de Gênero (GDI, 2007), e a mais baixa qualidade de vida.

A idade modal dos migrantes, com destino às grandes metrópoles, ocorre em média no período reprodutivo, normalmente entre os 18-39 anos (37.9%), e entre os 40-59 anos (33.7%). Quando se trata, por exemplo, de um casal nordestino, este permanece no lugar de destino final escolhido, por um período que varia entre cinco ou sete anos, na tentativa de consolidar um perfil econômico. As transferências de localidade para os grandes centros ocorre em indivíduos com idade entre 35 a 39 anos para cada grupo, mas acentua-se progressivamente a partir dos 39 anos em diante.

As se examinar as variantes de idade e sexo dos migrantes, verifica-se que a idade modal apresenta-se, tanto para homens, como para mulheres, na faixa dos 20 aos 24 anos. O que indica que o casal, na maioria das vezes, possui filhos menores que os

⁶ “Nos últimos tempos, a migração interna ocorreu principalmnete pela movimentação de nordestinos para as regiões Sudeste e Sul, influenciando no crescimento populacional e econômico, principalmente nos de São Paulo e Rio de Janeiro. Nas últimas décadas, a migração de sulistas e paulistas para o Centro-Oeste foi acentuada, no desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”, ver: Santin, Valter Foletto. “Migração e discriminação de trabalho”. *Revista de Informação Legislativa* (Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília). Julho-Setembro/2007, Ano 44, N° 175: 147-153.

acompanharão e que serão inseridos num ambiente urbano. Além da esperança de melhores oportunidades de renda para o casal, o capital social terá grande relevância neste contexto, agregando valores à família como um todo.

No Brasil, os níveis de alfabetização dos migrantes é muito baixo, apresentando percentuais de 28.4% no Estado do Pará, e 25.4% no Estado de Alagoas, o que revela que a maioria não completou o ciclo de educação primária. Por outro lado, a população de etnia negra demonstra receber uma educação menos privilegiada do que a população branca, que frequenta as mesmas escolas públicas, que geralmente oferecem um ensino formal de baixa qualidade. Da mesma forma, as desvantagens de nascer no Nordeste brasileiro, para os homens de 25 anos ou mais, permanece baixo, com percentuais de 25.8% (IBGE, PNAD, 2007). Nascer de pais com um baixo nível de escolaridade parece ter decrescido regularmente no decorrer dos tempos, especialmente quando as crianças vêm de uma família analfabeta. Os níveis educacionais inferirão substancialmente na inserção dos migrantes no mercado de trabalho formal ou informal, e também na sua fixação nas regiões metropolitanas. A situação de desvantagem dos migrantes nas regiões metropolitanas do Norte e do Nordeste do Brasil, está confirmada por taxas muito altas de analfabetismo 21% em 2005, decrescendo para 18.9% em 2006. Jovens com 15 anos perfazem um total de 11% de analfabetos, o que é um dos fatores mais negativos da região. Neste sentido, os anos de residência nas metrópoles não influirão, nem decididamente mudarão o seu perfil relativo ou sua posição no meio social, a não ser que sejam inseridos em programas de treinamento gerencial ou administrativo. No quesito gênero, verifica-se que a população feminina tem se inserido em cursos técnicos, em várias áreas de especialidade, como serviços gerais, saúde, artes, mostrando um percentual de 63% de participação feminina nos cursos de nível médio e superior (PNAD, 2007).

Outros fatores relacionados à migração, referem-se à fertilidade e a estrutura da população feminina, o impacto do nível de agregação geográfica nas taxas de fertilidade e na composição dos domicílios. A proporção de mulheres na força de trabalho tem sido crescente, mas as mulheres entram no mercado de trabalho na mais baixa escala profissional, para desempenharem atividades onde a remuneração e a produtividade são ínfimas, ou porque lhes são oferecidas ocupações desdenhadas pelos homens, para quem

as oportunidades de trabalho são mais amplas. Podemos concluir que as condições de trabalho para os migrantes, principalmente mulheres, são inferiores do que as dos não-migrantes. São várias as ocupações exercidas por elas nos subsetores da economia, como no setor manufatureiro, no comércio, nos serviços, ressaltando-se o comércio, como uma área que absorve o maior percentual de mulheres analfabetas ou semi-analfabetas.

2. Uma questão de gênero no Brasil e na Bolívia

A transformação sócio-econômica das mulheres sempre esteve relacionada com a sua exclusão educacional, ausência de visibilidade no mercado de trabalho e impedimentos explícitos para sua inserção na política.

No Brasil as mulheres são migrantes, da Região Amazônica, ou do Nordeste, negras ou mulatas que se juntam a mulheres indígenas e mestiças, apresentando uma heterogeneidade étnica e cultural. Existem aspectos comuns e divergentes, mesclados a uma compatibilidade e incompatibilidade entre estas mulheres migrantes, principalmente quando são membros do setor informal urbano da economia. Dentre os aspectos de compatibilidade e incompatibilidade dos direitos cidadãos com os direitos étnicos, resalte-se a ausência de políticas setoriais e específicas, que não incorporaram a perspectiva de gênero nas diversas políticas públicas ou em políticas mais neutras e globais. Para que se vislumbrem mudanças, os governantes precisariam raciocinar em termos dos custos e dos benefícios sociais de suas ações, que visem melhorar a qualidade do patrimônio (capital) do segmento populacional menos favorecido em áreas urbanas.⁷ Seriam necessárias dotações orçamentárias regulares, com expansão dos gastos em educação, que incluiriam parcerias efetivas com o setor privado, que se estenderiam à zona rural, para coibir os assentamentos e restringir as migrações para os centros urbanos, o que seria levado a cabo através da gestão administrativa, do acompanhamento, análise e avaliação dos programas.

O que se verifica nas grandes capitais brasileiras é um ambiente econômico onde impera o setor informal, com 80% dos negócios, ressaltando uma feminização da pobreza,

⁷ Jorge Madeira Nogueira e José Ribeiro Machado Neto discorrem magistralmente sobre estes aspectos em artigo seminal intitulado “Os programas de inclusão social do GDF: avaliação de seus impactos” (1991), em: Aldo Paviani (org.) *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília: 167-195.

cuja característica principal está centrada nas mulheres migrantes, especialmente nordestinas, num ambiente permeado por jovens, crianças e agregados adultos e idosos, apresentando um entrecruzamento de modelos culturais de alteridade, confrontando-se com o modelo ocidental. A jornada de trabalho é cada vez maior, e percebe-se uma exploração crescente de outros membros da família, inserindo-os na modernidade imposta pelos centros hegemônicos norte-americanos e europeu através do movimento internacional de difusão de “bens simbólicos”.

Os negócios informais mostram um ethos social, uma cultura comunitária, onde os núcleos familiares são fundamentais para o sucesso dos micronegócios, tendo os homens como intermediários no ir e vir do interior para manterem abastecidos os postos de trabalho informais nos mercados livres, feiras ou ruas da cidade, aspectos comuns tanto no Brasil, como na Bolívia, e outros países da Região Andina.

Com as transformações decorrentes de um panorama neoliberal em constante mutação, as mulheres passaram a fazer parte da agenda internacional desde os anos 1970, inseridas pelos formuladores legais, sem que isso significasse uma mudança de hábitos e mentalidades. Na verdade, acentuaram-se as diferenças, pois ser mulher, negra, e pobre significa um estigma triplo, que não habilita a um número crescente de pessoas a ascender a um status digno de pessoa humana, e são cunhadas de excluídas.

Este processo afetou preponderantemente as mulheres que habitavam áreas rurais, pequenas roças, inseridas em povoados minúsculos, sem acesso a serviços básicos ou novas tecnologias; e que viriam compor os chamados “cinturões de pobreza” das grandes cidades, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro ou São Paulo.

Esta estrutura familiar fragmentou-se e desestruturou uma ordem familiar, com o processo de expropriação de terras rurais, agrícolas, comunitárias entre 1960 e 1980, tanto no Brasil como na Bolívia, o que deu lugar a uma profunda “arcaização” das formas de trabalho e de dominação política, provocando a migração para os centros urbanos. Os homens foram forçados a abandonar suas roças e embarcarem em caminhões chamados de “pau-de-arara” rumo aos grandes centros. Este fenômeno trouxe como consequência um número cada vez maior de domicílios tendo as mulheres como chefes. Estas mulheres chefes de domicílio fazem parte de um espaço produtivo e reprodutivo que estende seus laços a múltiplas unidades similares de seu entorno, assim como aos

subúrbios urbanos, onde se reproduz como célula vital das culturas migrantes que vivem nos cinturões urbanos. No afã de unirem-se aos seus companheiros, essas mulheres migram do Norte e Nordeste do Brasil, da Bolívia, do Equador e Peru. Com o objetivo precípuo de saírem de suas terras de origem articulam-se em redes de solidariedade, parentesco ou de apadrinhamento. Valem-se dos parentes que já estão na cidade, para formarem um ponto de apoio para receberem seus filhos e sobrinhos, reproduzindo uma forma *sui generis* de etnicidade feminina, especialmente associada ao mundo rural e as trocas produtivas.

A maneira contraditória com que o Brasil insere-se em padrões modernizantes, desde o século XIX, mostra uma sociedade que se “moderniza” e um estado que se auto-transforma, tentando reconhecer a pluralidade étnica de sua população, institucionalizando fundamentos normativos e políticas estatais.

3. A simbologia das trocas na cultura indígena Aymara, Quéchua, Moxeña ou Guaraní

O que o visitante vislumbra ao chegar em La Paz, “a capital mais alta do mundo”, é um ambiente econômico onde impera o setor informal, com 80% dos negócios, realizados por camelôs, compostos de um alto percentual de mulheres indígenas *Aymara*, *Quéchua* e *Moxeñas* ou *Guaranis*, que trazem seus produtos do interior, armazenam em trouxas de lã; e os expõe nas calçadas. A jornada de trabalho excede doze horas, e percebe-se uma exploração crescente de membros da família, independentemente de sexo e idade, que trocam um prato de comida por um dia de trabalho intenso. Os homens buscam os produtos agrícolas no interior, onde possuem os seus contatos, e procuram manter abastecidos as bancas nos mercados, feiras livres, ou ruas da cidade. Muitas famílias trabalham com confecções, artesanato, frutas e grãos. Do ponto de vista histórico, houve uma intensa migração para as áreas urbanas, em decorrência do fechamento das minas de prata, desequilibrando os tradicionais “*ayllús*”, culturalmente ameaçados por profundos desequilíbrios demográficos, devido às políticas cunhadas de “desenvolvimentistas” impostas pelo Estado ou pelas Organizações Não-Governamentais. La Paz transformou-se numa só urbe com a agregação de El Alto, há pouco mais de uma década, quando os bairros

altos da cidade adquiriram um status administrativo independente, ao converterem-se na capital da quarta seção da província Murillo (Rivera, 1996: 163). Esta “classe mercantil” só foi possível a partir de continuidades decorrentes de uma “classe emergente”, composta por camponeses proprietários de terras, que foram beneficiados com as possibilidades surgidas após a reforma agrária (Buechler & Buechler: 1996).

Ser mulher na Bolívia significa transitar pelos escalões da migração e da mestiçagem cultural, até ser designada de “chola” ou “birlocha”, onde existem hoje renovadas exclusões e acessos condicionantes aos direitos do cidadão e aos programas de desenvolvimento com recursos internacionais obtidos, alicerçados em uma população cada vez mais necessitada. De acordo com Rivera (1996: 21)

“o Estado e o sistema político perpetuam a exclusão das maiorias ao não poder romper o cerco da pobreza e ao tentar neutralizar a multidão, ritualizando a democracia ao momento único do voto e atando lealdades políticas ao frondoso aparato clientelar cuja fisionomia reproduz ao conjunto da sociedade: índios/as, cholos/as, mestiços pobres, etc., formando as “bases” de múltiplos triângulos “sem base” que desarticulam as solidariedades horizontais e privilegiam as dependências verticais, enquanto que a “casta señorial encomendera”, remoçada pela inclusão de capas “gringas” e mestiças ilustradas, continua detendo o poder como faz há mais de quatro séculos.”

Neste sistema de exclusão étnica, percebe-se claramente uma reciprocidade negativa de insultos e estereótipos culturais onde encontra-se implícito o prolongamento da discriminação e do racismo. As mulheres indígenas são chamadas pejorativamente de “cholas”, ou “birlochas”, e se vestem com trajes tradicionais, inaceitáveis para os padrões modernos, de uma sociedade que amalgamou o comportamento neoliberal em seu dia-a-dia.

Este processo afeta as mulheres guaraní ou “moxeñas”, às camponesas e semi-camponesas fortemente integradas ao sistema informal urbano, vivendo entre o pólo rural e os múltiplos mercados e rotas interurbanas, e as “cholas” e “birlochas” que vivem nos “cinturões de pobreza” de La Paz, de El Alto e das grandes cidades, como Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra.

A região andina, palco onde se desenvolveram inúmeras e sofisticadas culturas, está formada por uma grande variedade de sistemas ecológicos dispersos tanto horizontalmente

como verticalmente (Cardoso 1993: 49), conformando-se em cerne do movimento Katarista-indigenista dos anos 1970. Apesar da classe política fundamentar-se na noção de que a mulher indígena ou a mulher *Aymara* estavam ocupadas com os afazeres domésticos, elas se inseriram em espaços vivos de interação ou resistência cultural. Os homens eram considerados como chefes natos do domicílio e como trabalhadores produtivos, mas as mulheres de diversas condições étnicas interagiam entre si e com os homens nos espaços domésticos, como tecelãs, no sindicato, no clube de mães, na prefeitura, no “ayllú”, na associação e no município.

As mulheres *Aymara*, *Quéchuas* ou *Moxeñas*, procuram manter vivos os rituais tribais, a religião, e os contatos entre cada uma das famílias, são redes de solidariedade, fortalecidas pelo parentesco, pelo apadrinhamento, por laços afetivos reforçados por uniões familiares.

As mulheres bolivianas, em número de 2000 ou mais, fazem parte de associações comunitárias, e são integradas pelas Organização Não-Governamentais (ONGs), especialmente, *Promujer*, para receberem treinamento empresarial, onde aprendem outras noções de artesanato, de poupança, e de planejamento familiar.

As ONGs, como *Creceer*, estão associadas ao Pró-Rural, e além de capacitação, oferecem financiamento rural, através de programas como o Finrural-Cosude, Profin-Cosude, Asofin (Asociación de Financieros Caja de Los Andes), Funda-Pro, Fundecip (Fundo de Desarrollo), que apoia os programas das ONGs, muitos desses recursos vêm de agências européias, como a alemã GTZ, que possui um programa de mobilização financeira para o apoio a projetos produtivos, ou da Espanha, Bélgica e Holanda. No Ministério das Relações Exteriores e no Vice-Ministério da Mulher, existem atualmente acordos multilaterais que foram assinados para melhorar a condição da mulher e da criança, inclusive o *Bolsa Escola* (seguindo-se o modelo brasileiro do *Bolsa Família*, que oferece uma pequena quantia para que os pais possam manter os filhos na escola), projetos específicos para as mulheres, e a criação de empregos globais, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Econômico. No âmbito desses projetos estão sendo firmados acordos com a cidade de El Alto, e agendadas reuniões bimestrais, quando a comunidade apresenta suas reivindicações. No passado, as reuniões tinham um caráter político, diplomático, agora têm um conteúdo social, englobando temas como educação e saúde.

Da *Zona de Belén* o visitante deve visitar a cidade de El Alto, ou cidade dos migrantes, que está formada por várias zonas subdivididas, que vivem em casas modestas construídas nos penhascos ou colinas íngremes, sem qualquer sofisticação ou conforto, sem pintura externa, para evitar-se as taxas governamentais que incidem sobre aqueles que pintam seus domicílios. As casas toscas, de tijolos aparentes, foram ampliadas sem qualquer projeto urbanístico, sofrendo ampliações à medida que estes cidadãos eram absorvidos por empregos formais temporários, decorrentes de seu desempenho em campanhas políticas. A maioria das casas recebeu um segundo pavimento, mas não tiveram suas obras terminadas, pois os moradores foram despedidos de seus empregos. A zona metropolitana de *El Alto* é considerada como periurbana bilíngüe, de alta mobilidade social e geográfica, formada por organizações étnicas fortes, que enfrentam os mesmos problemas inerentes aos moradores de La Paz, com a ausência de políticas públicas e sociais específicas, que os incluam num contexto formal de trabalho.

Essa modernização neoliberal, mal-acabada, solapou as finanças da população, impedida de manter suas tradições culturais, laços sociais e trocas de informações, que incluem o ir e vir da zona urbana para a zona rural. Neste universo multiétnico grassa a miséria, a ausência de ordenamento urbano, asfalto, água potável ou saneamento básico, onde vivem famílias, cujos chefes são mulheres com companheiros que raramente aparecem, que não participam da vida familiar, sendo denominados de maridos “ausentes”, recebendo a classificação de seus domicílios como “unidades anômalas” ou “incompletas”, ignoradas pelos censos demográficos e estatísticas oficiais. Trata-se de um universo de mulheres que são colocadas frente a várias encruzilhadas, abandonadas pelos maridos, com filhos de pais diferentes, mas que cruzam os espaços que as separam da modernidade e da cidadania, para oferecer a seus filhos um futuro melhor que o seu: a integração subordinada em uma sociedade dominante, perpassando a imagem de uma mãe forte e superprotetora, que enfrenta com coragem as situações mais críticas para resolver a sobrevivência de sua família (Rivera 1996: 43).

À função principal de mães e esposas, associaram-se aos sindicatos, envolveram-se nas lidas dos mercados, das feiras, ou implementaram outras atividades salariais em suas residências para evitar a completa exclusão social, além de desempenharem tarefas de faxina, lavagem de roupas ou trabalharem como cozinheiras. Algumas microempresárias

bolivianas além das tarefas domiciliares, mantêm as lidas de tecelagem, possuem vários pontos de venda, compartilhados com membros familiares, o que lhes proporcionam um acréscimo na renda mensal. Esta diversidade de atividades, sucessivas ou simultâneas, em sua vida diária produz uma curiosa dicotomia que permite a essas mulheres uma participação sincronizada e ritualizada da vida social e pública regional, esforçando-se em associar-se, sobressair-se, integrar-se nos abstratos e supostamente benefícios igualitários de uma “cidadania” cunhada de “participativa”. Tornar-se vendedora em um mercado municipal ou feira significa enfrentar a competição e a burocracia administrativa de uma cidade que está sempre tentando regulamentar os mercados e limitar o comércio nas ruas. Os jovens vendedores, com pequenas quantidades de mercadorias estão sempre numa posição privilegiada para atuarem como “gato e rato”, fugindo da polícia ao menor sinal, com mais presteza do que os mais idosos, que possuem grandes quantidades de mercadoria à venda.

A tentativa de apresentar uma capital cosmopolita, choca-se com o “rural”, em que os produtos são oferecidos “*in natura*” no centro da capital La Paz, arraigando os conceitos de um variado e abundante comércio de frutas e gêneros alimentícios, associados a uma rica culinária regional. O centro da cidade “*el Prado*”, os mercados na “*Zona de Belén*”, o burburinho de clientes e vendedores, as barracas, os espaços comerciais, demonstram uma gama de mulheres que trabalham sozinhas em suas microempresas (23,5%), enquanto uma parte significativa, de cerca de (32,5%) recebe apoio familiar de pelo menos um membro. Algumas microempresárias abriram o negócio com seus maridos ou companheiros (16%), outras receberam o ponto como herança da mãe; e algumas recebem ajuda dos filhos/filhas (40%), irmãs ou mães (20%). A maioria dos membros familiares que auxiliam em seus empreendimentos não recebe qualquer remuneração (Bijos 2005: 251).

As microempresárias, comerciantes de grãos, farinhas, hortifrutigranjeiros, confecções e *chicha* (bebida) mantêm seus negócios ancoradas na reciprocidade e no parentesco, com a participação de sobrinhos/sobrinhas ou irmãos/irmãs, principalmente em dias de feiras e festas, remunerando-os com 10 bolivianos diários⁸.

Ao inferirmos sobre o funcionamento estrutural do mundo público e privado destas mulheres na área urbana, entendemos que há outras formas de empoderamento que

⁸ Vale ressaltar que 1 US\$ = 7.92 bolivianos.

não incluímos na nossa análise etnográfica. A condição de empoderamento empresarial de mulheres no âmbito familiar que as possibilita gerirem seus negócios, muitas vezes não lhes abre as portas para a participação política. Muitas mulheres se queixam que não podem participar das reuniões sindicais, são excluídas por uma questão de gênero, apesar dos homens solicitarem sua opinião quando precisam decidir sobre interesses coletivos nas *Juntas Vecinales*, assim como nas próprias Associações representativas do poder político municipal e nacional. Estas somente oferecem às mulheres um acesso limitado e condicionado ao cumprimento de uma imagem hegemônica (no caso boliviano *mestizo-criolla*) do *dever ser* feminino, por meio do chamado “*entreamado clientelar estatal, para-estatal o partidista, que es la encarnación de la dominación patriarcal y colonial a escala local*” (Rivera 1996: 283).

Conclusões

Ao avaliarmos os avanços, obstáculos e desafios das mulheres brasileiras e bolivianas, a partir da década de 1980, verificamos um novo marco jurídico na Constituição brasileira de 1988, que apresenta a consolidação dos direitos e garantias individuais, como mecanismos fundamentais para o fortalecimento da consciência política e da mobilização social. Na Bolívia, a Constituição Política foi reformada em 1994, e foi regulado o seu funcionamento pela primeira Lei Orgânica desse mesmo ano, com ela surgiram reformas na estrutura do Poder Judiciário. Apesar da propalada modernidade, existem casos pendentes, como o genocídio ocorrido no dia 12 de outubro de 2003 “Outubro Negro”, quando um grupo de militares, sob ordens do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, abriu fogo contra um grupo de manifestantes que impedia a chegada de caminhões de gás à cidade de La Paz. Este caso e outras violações de direitos humanos ainda não foram julgadas pelo Poder Judiciário, que é lento, corrupto, com concentração de funções e atribuições na Corte Suprema, o que torna a justiça ineficiente e morosa, impedindo o desenvolvimento humano e sustentável de sua população.

Os processos de participação popular, tanto no Brasil, como na Bolívia, têm se fortalecido, através da articulação das mulheres, que demandam direitos de igualdade: direito de família, direito ao trabalho, direito de planejamento familiar e crescimento

intelectual. Em resumo, o que podemos observar no Brasil, e na Bolívia, são altos índices negativos no que tange à distribuição de renda, justiça, desigualdades sociais, violência e descaso com as políticas sociais.

Na verdade, para que se solidifique uma cidadania plena, especialmente no que concerne às mulheres migrantes, negras, indígenas e trabalhadoras rurais, é preciso que sejam dirimidas as desigualdades econômicas e sociais, com a implementação de programas inclusivos para os cidadãos mais pobres.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel CORREIA de (1968) *Paisagens e Problemas do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense.

BUECHLER, Hans e BUECHLER, Judith-Maria (1996) *The world of Sofía Velasquez: the autobiography of a Bolivian market vendor*. New York, Columbia University Press.

CARDOSO, Maria Lúcia de MACEDO (1993) *De Taypi a Awqa: dualismo, gênero e desenvolvimento nos Andes bolivianos* [Dissertação de Mestrado]. Brasília, Departamento de Antropologia - Universidade de Brasília.

CASTRO, Mary GARCIA et al (1978) *Migration in Brazil: approaches to analysis and policy design*. Geneva, International Labour Office.

NOGUEIRA, Jorge MADEIRA e NETO, José RIBEIRO MACHADO (1999) “Os programas de inclusão social do GDF: avaliação de seus impactos”. Em: Aldo Paviani (org.) *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2007).

CUSICANQUI, Silvia RIVERA, comp. (1996) *Ser mujer indígena, chola o birlocha en la Bolívia postcolonial de los años 90*. La Paz, Ministerio de Desarrollo Humano, Secretaría

Nacional de Asuntos Etnicos, de Género y Generacionales, Subsecretaría de Asuntos de Género, Plural Editores/CID.

SANTIN, Valter FOLETO (2007) “Migração e discriminação de trabalho”. *Revista de Informação Legislativa* (Senado Federal – Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília). Julho-Setembro/2007, Ano 44, N° 175: 147-153.

SCHULLER, Tom, BARON, Stephen e FIELD, John (2000) “Social capital: a review and critique”. Em: Stephen Baron, John Field, Tom Schuller (ed.) *Social Capital. Critical Perspectives*. New York, Oxford University Press: 1-38.